



XI Congresso Português de Sociologia  
*Identidades ao rubro: diferenças, pertenças e  
populismos num mundo efervescente*  
Lisboa, 29 a 31 de março de 2021

**Secção/Área temática / Thematic Section/Area:  
Sociologia da Educação/ Sociology of Education**

**Dinâmicas de poder e de dominação: notas para reflectir o fenómeno da praxe  
MAIA, Inês; FLUP/IS-UP**

Palavras-chave: Praxe; Poder; Poder simbólico; Dominação; Violência Simbólica

**Resumo**

A praxe configura-se como fenómeno central no quadro das dinâmicas de sociabilidade dos estudantes do Ensino Superior em Portugal. Esboçamos neste texto uma leitura acerca das dinâmicas de poder que estruturam este fenómeno, a partir da articulação de conceitos centrais da obra de Bourdieu e de pistas de interpretação potenciadas pelo estudo da praxe no Porto, que nos encontramos a desenvolver.

Problematizamos o modo como o poder se manifesta em praxe e estrutura as relações entre os indivíduos através da análise de duas linhas argumentativas centrais no discurso dos seus protagonistas: i) as noções de união, igualdade e respeito em que defendem que a praxe se ancora; ii) a crença de que a praxe se trata de mera encenação.

Discutimos, assim, como se produzem, reproduzem e refazem as relações de dominação no seio da praxe, discutindo em que dinâmicas assenta a interacção entre estes estudantes e como se institui uma ordem, que se



## **Introdução<sup>1</sup>**

Entendendo a importância de problematizar a eficácia socializadora da praxe, compreendendo-a como contexto de activação, favorecimento, criação e inibição de disposições e competências, desenvolvemos um trabalho de pesquisa no contexto universitário e politécnico do Porto, no qual nos dedicamos à análise da diversidade de apropriações de que o fenómeno é alvo, as práticas em que se consubstancia e os discursos em que se sustenta. Desenvolvemos esta pesquisa assente numa abordagem etnográfica, marcada pela proximidade e pelo contacto regular com os actores do fenómeno, privilegiando deste modo as suas experiências, os discursos que sobre essas produzem, identificando diferentes perfis e modos múltiplos de relação com a praxe.

Na esteira de outros autores (Ribeiro, 2001; Estanque; 2016; Lopes *et al.*, 2018), entendemos que o fenómeno em discussão é complexo na sua multidimensionalidade e o seu estudo obriga à análise em profundidade de cada uma dessas dimensões, problematizadas de forma articulada. O exercício que aqui avançamos, não ignorando esta necessidade de uma leitura holística da praxe, centrar-se-á na dimensão do poder enquanto elemento estruturador das relações entre os indivíduos no seio desta. Não desligado, por exemplo, da dimensão ritual do fenómeno, do seu papel enquanto principal agente de socialização no ensino superior ou mesmo da violência compreendida nas suas diferentes vertentes, o poder, o modo como se manifesta em praxe, estrutura as relações entre os indivíduos e se traduz em relações de dominação serão os nossos principais eixos de análise.

Neste sentido, problematizaremos como se produzem, reproduzem e refazem estas relações de dominação a partir de duas linhas de argumentação centrais no discurso dos protagonistas deste fenómeno: i) as noções de união, igualdade e respeito em que defendem que a praxe se ancora; ii) a crença de que a praxe se trata de mera encenação. Pretendemos, através da problematização destas duas significações do fenómeno, perceber em que dinâmicas assenta a interacção entre estes indivíduos – como se domina e como se é dominado – e como se institui uma ordem, que se inscreve nas coisas, nos indivíduos e nos seus corpos. Discutiremos, ainda, as categorias de

---

<sup>1</sup> Este texto é uma versão revista de um trabalho elaborado no âmbito do Doutoramento em Sociologia da FLUP e enquadra-se numa pesquisa desenvolvida ao abrigo de uma Bolsa de Doutoramento FCT, com o projecto “O fenómeno da praxe em contexto universitário portuense: discursos e práticas” (SFRH/BD/136101/2018).

percepção que estes estudantes constroem e as estratégias simbólicas que mobilizam para as impor sobre outros.

Não se pretende com esta análise olhar as relações em praxe de modo maniqueísta, nem ignorar o potencial de resistência e transformação que essas também encerram, mas aprofundar as dinâmicas de poder em que assentam e os argumentos, conscientes ou não, que as legitimam.

### **Espaço social, poder simbólico e dominação: enquadramento teórico**

Segundo Wacquant (2007), numa leitura da obra *La noblesse d'État*, as propostas conceptuais de Bourdieu devem ser compreendidas não como definições estáticas, mas «pelos seus usos e interligações no processo de pesquisa. Nesta perspectiva, o acto científico crucial é a *construção do objecto*» (Wacquant, 2007: 296). Três princípios determinam este exercício e o esforço de construção do «campo do poder», compreendido como «rede cruzada das ligações estruturais e funcionais» (ibidem). São estes princípios: i) o *politeísmo metodológico* – accionar os procedimentos de recolha e verificação que melhor se adequem ao objecto em estudo, num exercício de mobilização de diferentes métodos (inquéritos, registos documentais, entrevistas, trabalho etnográfico) e de confronto dos resultados revelados por cada um desses; ii) a *igual atenção epistémica dedicada a todas as operações* – assumindo que cada operação de pesquisa transporta a problemática teórica que a orienta, entende-se que a todos os passos (da construção das técnicas à sua aplicação e posterior análise de resultados) se deve dedicar o mesmo rigor epistemológico, representando este exercício a «verdadeira *fusão* de teoria e método» (ibidem: 297); iii) a *metodologia reflexiva* – o autoquestionamento permanente do próprio método, assim que accionado, numa lógica que garante que não sejam desligados os «três momentos fundamentais da razão científica sociológica», a saber, ruptura, construção e constatação; noutros termos, não se podem dissociar a construção do objecto, do instrumento de construção do objecto e da sua crítica (Bourdieu e Wacquant citado por Estanque, 2002:63).

Com esta premissa, e compreendendo o valor heurístico dos conceitos de Bourdieu – dos quais destacaremos o conceito de violência simbólica, mas particularmente, o de poder simbólico –, esboçaremos uma leitura das dinâmicas de poder no seio do fenómeno da praxe, problematizando as relações de dominação em que se consubstancia.

Antes de avançarmos para essa discussão, releva, ainda que sem espaço para maior aprofundamento, ter em conta a noção de *espaço social*. Bourdieu representa o mundo social sob a forma de «um espaço (a várias dimensões) construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que actuam no universo social considerado» (Bourdieu, 2011:136). Os agentes ou grupos de agentes definem-se, assim, pelas suas *posições relativas* nesse espaço, que deve também ser compreendido como um campo de forças, no sentido em que as propriedades que o constituem são actantes, existindo sob a forma de diferentes espécies de poder ou de capital. Por conseguinte, o espaço social é «um espaço multidimensional de posições» (ibidem:137), sendo que a posição de determinado agente se define pela posição que ocupa nos diferentes campos, isto é, na distribuição dos poderes que actuam em cada um deles (capital económico, capital cultural, capital social e capital simbólico). Tal significa que «a forma de que se reveste, em cada momento e em cada campo social, o conjunto das distribuições das diferentes espécies de capital [...] define o estado das relações de força [...] entre agentes objectivamente definidos pela sua posição nestas relações» (ibidem:138). É esta posição que define os poderes nos diferentes campos e a possibilidade de acesso aos seus benefícios potenciais. Por último, importa notar que o conhecimento acerca da posição ocupada no *espaço social* é valioso, pois «comporta uma informação sobre as propriedades intrínsecas (condição) e relacionais (posição) dos agentes» (ibidem:138).

Profundamente correlacionado com a noção de espaço social, Bourdieu (2011) alerta para a importância e a necessidade de saber descobrir o poder na sua dimensão menos visível ou mesmo ignorada, apesar de presente em toda a parte, a saber, o poder simbólico.

Discute, a partir da proposta de Durkheim, que o poder simbólico é, antes de mais, um poder de construção da realidade, com tendência a estabelecer uma «ordem gnoseológica», que supõe o «conformismo lógico» com «o sentido imediato do mundo»; ou, citando Durkheim, «uma concepção homogénea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências» (Durkheim citado por Bourdieu, 2011:6).

Reflecte também acerca da tradição marxista, que em vez de atribuir esta centralidade à *estrutura lógica* e à *função gnoseológica* dos sistemas simbólicos, destaca as suas *funções políticas*. Deste modo, as produções simbólicas relacionam-se com os interesses da classe dominante e correspondem a interesses particulares,

apresentados como sendo universais. Como sistematiza Bourdieu, esta cultura dominante contribui, assim, para: i) a integração real da classe dominante; ii) a integração fictícia da sociedade no seu conjunto; iii) a legitimação da ordem estabelecida através da demarcação de distinções e, conseqüentemente, da legitimação das mesmas. A cultura dominante dissimula, assim, a real função de divisão em que assenta a função de comunicação – a cultura que une através da comunicação, é também a cultura que separa, traduzindo-se num instrumento de distinção e de legitimação dessas distinções. Bourdieu explica este processo fazendo notar que as relações de comunicação são incontornavelmente relações de poder, dependentes do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes envolvidos nessas relações.

Deste modo, chegamos a outras duas noções centrais desta proposta, as de dominação e de violência simbólica. Defende Bourdieu que «é enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os «sistemas simbólicos» cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam» (Bourdieu, 2011:7). É este processo que permite, recuperando a proposta de Weber, a «domesticação dos dominados» (Bourdieu, 2011:8). Trata-se de uma luta simbólica pela imposição da definição do mundo social, sendo colocadas em confronto pelos diferentes agentes as definições que mais se adequam aos respectivos interesses. Esta luta pode ser conduzida «quer directamente, nos conflitos simbólicos da vida quotidiana, quer por procuração, por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica [...], [que possuem o] poder de impor [...] instrumentos de conhecimento e de expressão [...] arbitrários – embora ignorados como tais – da realidade social» (ibidem:8). Voltaremos a estas questões adiante, porque pertinentes para a compreensão do fenómeno em análise.

Bourdieu releva também a importância de ponderar as condições sociais de produção e de circulação das ideologias, dado que a estrutura e funções destas se encontram dependentes das primeiras. Neste sentido, os «sistemas simbólicos» distinguem-se pelo facto de que, podendo ser produzidos e apropriados por um ou outro grupo, cumprem funções distintas. Defende que a função ideológica do discurso dominante é «impor a apreensão da ordem estabelecida como natural» (ibidem:10) – trata-se da «imposição

de sistemas de classificação políticos sob a aparência legítima de taxinomias filosóficas, religiosas, jurídicas, etc.» (Bourdieu, 2011:11).

### **A componente relacional do poder**

Bourdieu (2011) introduz esta discussão defendendo que as relações de poder se encontram dependentes do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes, afirmando mesmo que o poder simbólico não existe nos «sistemas simbólicos» como uma «*illocutionary force*», mas sob a forma de uma relação entre os que dominam e os que são dominados. O poder simbólico deve, então, ser compreendido como uma forma «irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder» (ibidem:11). A que se pode acrescentar a ideia de que possui uma natureza, no mínimo bilateral, no sentido em que não é meramente imposto por uns, sendo também aceite por outros.

Para compreendermos o poder em praxe devemos começar precisamente por esta dimensão. Friedberg (1993) defende que o poder não é um atributo possuído, só tendo expressão quando exercido por alguém que mobiliza recursos assimétricos que as estruturas proporcionam para esse efeito. O poder em praxe não é excepção, só tendo expressão na relação através da qual se exerce. É, por isso, inseparável desta. Pode argumentar-se que o poder em praxe é precário, porque se encontra dependente da aceitação daqueles sobre os quais é exercido – devendo essa aceitação ser compreendida como um processo complexo, motivado por diferentes anseios – e, de certo modo, também é fictício, dado que supõe consentimento com as regras do jogo que o legitima – em última análise, quebra-se este ciclo, se se deixar de pertencer àquele grupo. Porém, o poder manifesta-se neste caso, e antes de mais, através da estruturação das relações interpessoais. Estruturação essa que se traduzirá em posições diferenciadas numa estrutura altamente hierarquizada, que se alimentará, precisamente, dessa distinção entre os indivíduos. O modo como o poder se manifesta em praxe e as relações de dominação que estrutura encontram-se consensualmente aceites e legitimados, como problematizaremos de seguida.

Segundo Weber (2005), a aceitação do poder encontra-se dependente de um dos seguintes motivos: pode ser condicionada por questões de interesses, sendo ponderadas por quem obedece as vantagens e desvantagens da sua situação; pode ser sujeita ao «costume», constituído pela habituação à situação de obediência que, assim, se torna familiar; ou pode encontrar-se determinada por uma tendência puramente afectiva.

Weber entende também que, em qualquer estrutura de dominação, os privilegiados não se cingem a exercer o poder. Pelo contrário, «procuram ver as suas posições transformadas de relações de poder puramente factuais num universo de direitos adquiridos, sabendo que assim são consagrados» (Weber citado por Wacquant, 2007: 298).

Quando discute a questão da dominação, Bourdieu destaca a palavra e o seu poder na definição do real – «o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras» (Bourdieu, 2011:11). Estamos, então, perante um exercício de dissimulação – de «eufemização» – «que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer [...] a violência que elas encerram objectivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia» (ibidem:11-12).

Vejam os que a percepção do mundo social é uma questão determinante neste caso. Segundo Bourdieu, ela é produto de uma dupla estruturação social: «do lado “objectivo”, ela está socialmente estruturada porque as autoridades ligadas aos agentes ou às instituições não se oferecem à percepção de maneira independente, mas em combinações de probabilidade muito desigual [...]; do lado “subjectivo”, ela está estruturada porque os esquemas de percepção e de apreciação susceptíveis de serem utilizados no momento considerado, e sobretudo os que estão sedimentados na linguagem, são produto das lutas simbólicas anteriores e exprimem, de forma mais ou menos transformada, o estado das relações de força simbólicas» (Bourdieu, 2011:142-143).

Entenda-se que não importa, apenas ou por si só, a visão do mundo que determinado grupo quer impor sobre outro. Importa perceber como é que os indivíduos constroem essa visão do mundo, como contribuem para a alimentar, através de que meios a impõem e como é que nela está implicada a visão que os indivíduos têm da sua própria posição nesse mundo. Trata-se de um «*trabalho de representação* (em todos os sentidos do termo)» (Bourdieu, 2011:142), que se operará, sobretudo, além da representação explícita ou da expressão verbal.

As categorias de percepção do mundo social são, segundo Bourdieu, produto da incorporação das estruturas objectivas do espaço social, o que, conseqüentemente, significa que os agentes tomam o mundo como ele é, naturalizando-o e aceitando-o. Esta lógica implica a aceitação tácita da posição ocupada por nós e pelos outros, – de

notar que o processo de incorporação das estruturas na base das categorias de percepção se encontra em estreita ligação com a posição ocupada por cada um no espaço social – implica aceitar um «sentido dos limites [...] ou, o que é a mesma coisa, um sentido das distâncias, a marcar e a sustentar, a respeitar e a fazer respeitar» (ibidem:144). Há, então, um «nós» e um «outro», que, respectivamente, ocupam lugares diferenciados, sendo, precisamente este o ónus da distinção.

Assim, a experiência do mundo social e o trabalho de construção que ela encerra encontra-se intrinsecamente ligada à posição que cada um ocupa no espaço social e ao sentido que se atribui a essa posição – que Bourdieu discute aludindo ao que Goffman chama o «*sense of one's place*». É também indestrinçável das relações de força. As categorias que tornam possível o conhecimento do mundo social encontram-se em disputa permanente, disputa pelo poder de conservar ou transformar o mundo, «conservando ou transformando as categorias de percepção desse mundo» (Bourdieu, 2011:145). Isto significa que, compreensivelmente, «as relações de força objectivas tendem a reproduzir-se nas visões do mundo social que contribuem para a permanência dessas relações» (ibidem:145). Essa «luta pela imposição da visão legítima do mundo social» (ibidem:148-149) é uma batalha que opõe os agentes acerca do sentido do mundo e da sua posição nesse mundo; é uma batalha que depende da autoridade de um agente ou grupo de agentes, e do reconhecimento que recebem – de notar que os agentes se encontram armados de maneira muito desigual –, bem como da eficácia e da força simbólica das visões que pretendem impor – e que compreendem não só princípios de visão, mas também de divisão desse mundo. É «a verdade do mundo social» que se encontra aqui em jogo (ibidem:150).

Bourdieu aponta duas estratégias simbólicas através das quais os agentes procuram impor a sua visão acerca das divisões do mundo social e da sua posição nesse. Essas estratégias encontram-se em dois extremos: o insulto, «pelo qual um simples particular tenta impor o seu ponto de vista correndo o risco da reciprocidade» e a *nomeação oficial*, «acto de imposição simbólica que tem a seu favor toda a força do colectivo, do consenso, do senso comum» (Bourdieu, 2011:149).

Tomemos a questão dos nomes, que Bourdieu pensa à luz dos grupos profissionais, mas que podemos mobilizar para pensar os nomes atribuídos em praxe, que se conferem em estreita ligação com o lugar ocupado na hierarquia. O autor diz-nos que a gestão dos nomes é um dos «instrumentos da gestão da raridade material» e que os nomes em si espelham o «estado das lutas e das negociações a respeito das designações oficiais e

das vantagens materiais e simbólicas que lhes estão associadas» (Bourdieu, 2011:151). O nome que se atribui a alguém é, deste modo, uma *marca distintiva*, valorativa ou depreciativa – emblema ou estigma – associada à posição que ocupa num sistema de títulos hierarquicamente organizado. Essa marca determina o valor da sua posição e, conseqüentemente, contribui para determinar as posições dos diferentes agentes e as relações entre estes. Justifica-se assim a necessidade que estes indivíduos têm de desencadear estratégias que maximizem os ganhos, sobretudo simbólicos, dessa *nomeação*. Até porque as classificações potencialmente inscritas na posição que cada um ocupa no espaço, comportam conseqüências ao nível do poder que o agente possui (ou não) de impor a sua visão e a sua classificação sobre o mundo.

### **Discutindo o poder em praxe**

Mobilizemos agora estas propostas para a leitura de duas dimensões fundamentais no fenómeno da praxe, que, no essencial, se traduzem em argumentos legitimadores das relações de dominação que aí ganham forma: i) as noções de união, igualdade e respeito em praxe; ii) a crença de que a praxe se trata de mera encenação.

A união em praxe deve ser compreendida nas suas múltiplas dimensões, sempre construídas na relação com o *outro*: a união dentro do curso (por oposição aos outros cursos); a união dentro da casa praxista (por oposição às outras casas); a união entre quem está a ser praxado (por oposição a quem está a praxar); a união entre os que participam no ritual (por oposição aos que não o fazem). A união surge também frequentemente associada à noção de igualdade. Tende a defender-se que os estudantes, sobretudo os que se encontram na posição mais baixa na hierarquia (os *caloiros*), são todos iguais porque não há diferenças nos modos de tratamento, sendo todos sujeitos às mesmas regras e colocados perante os mesmos desafios. A união é ainda pensada como niveladora no sentido em que todos usam roupas idênticas (por exemplo, a t-shirt do curso, de um lado, e o traje do outro) e adereços parecidos. A possibilidade de se unirem de forma plena parece ser possível porque se dá um corte com a individualidade de cada um na medida em que se encontram todos despojados dos seus pertences e até dos seus nomes (os estudantes são identificados pelos seus “nomes de praxe”, ou por termos indistintos como “caloiro” ou “excelentíssimo veterano”, por exemplo). É neste sentido que as noções de união e igualdade se encontram – os indivíduos interagem e unem-se

porque partilham o lugar ocupado, independentemente das suas trajectórias, opções, gostos e personalidades; eles são “um”, como muitos estudantes defendem. Esta «fachada grupal» (Pais, 1993), essencial para a constituição de uma identidade colectiva, resulta de interacções que atribuem aos membros do grupo a dimensão de actores colectivos, num processo que envolve negociações, mas também a aceitação tácita das regras do grupo. A praxe funciona assim como contexto de estruturação da vida quotidiana destes estudantes, constituindo-se num grupo que socializa num determinado sistema de normas, que estes interiorizam e reproduzem, num processo que reforça a coesão grupal. É uma amálgama de indivíduos que se vai tornando homogénea, criando consequentemente a percepção de união e igualdade.

O respeito como valor central da praxe é outra das noções muito presentes no discurso dos seus protagonistas. Seja o respeito entre pares e o respeito pelos superiores hierárquicos, seja o respeito mais amplamente compreendido, pela praxe e sua *tradição*, pelas normas estipuladas ou pela hierarquia. O respeito encontra-se em estreita ligação com as noções de i) obediência – os mais novos, recém-chegados àquele grupo, devem *respeitar* a autoridade dos mais velhos, com mais experiência e conhecimento acerca daquela realidade; ii) de acomodação – aceitar sem questionar o que está definido é uma forma de *respeito* pela tradição do ritual; iii) de gratidão – a praxe e os praxistas mais velhos proporcionam uma experiência única que só se atinge *respeitando* o que estes exigem.

A noção de respeito pela hierarquia comporta ainda duas dimensões mais perversas, subentendidas nas narrativas de alguns estudantes mas também encontrada de forma explícita nas de outros. A primeira diz respeito a uma lógica de projecção. Os caloiros aceitam o seu lugar e a autoridade de quem se encontra acima deles, inclusivamente justificando-a, porque conseguem antever a sua própria ascensão hierárquica, num exercício que lhes vai dando alento: respeitam a relação de dominação na qual se encontram subjugados, porque se conseguem projectar na posição de poder que os que os dominam ocupam. O dominado aceita assim o seu lugar, porque almeja um dia vir ele a dominar, podendo mesmo justificar que ser dominado é um teste para avaliar se terá condições de dominar – é um passo que faz parte da escalada pelo poder. A segunda questão diz respeito à experiência do poder como fetiche ou como capacidade de mando discricionário. Estes estudantes tendem a valorizar situações em que, quem os praxa, não os «trata mal» ou respeita limitações físicas que possam ter. Encontramos, deste modo, uma aceitação tácita de uma relação que assenta na premissa de que quem

domina tem o poder de maltratar o outro – sendo elogiado se não o fizer. Mais, enaltece-se uma relação que assenta, perversamente e de modo subentendido, na ideia de que, quem tem o poder pode não maltratar o outro, mas, que se quiser, pode fazê-lo.

A segunda linha argumentativa que aqui discutimos diz respeito à noção de praxe como encenação. Podendo parecer paradoxal, a praxe é vivida como um teste e, em simultâneo, como uma mera encenação – por um lado, a praxe é um conjunto de provas e um instrumento a partir do qual se devem retirar lições, devendo, por isto, ser encarada com seriedade; por outro, deve ser entendida como uma brincadeira, um jogo divertido onde todos representam papéis que fora dos limites da praxe desaparecem. É na articulação destas duas noções – um teste e uma encenação – que se sustenta a aceitação das situações mais exigentes (o seu propósito é testar limites e não a ofensa, não havendo nunca situações verdadeiramente humilhantes ou violentas), a desvalorização do que poderiam ser considerados excessos ao nível da linguagem utilizada (associados assim a experiências de diversão e livres de constrangimentos) e o consentimento com a hierarquia e o lugar de dominados (é tudo uma encenação e fora dos limites da praxe todos desenvolverão relações de amizade). Esta noção de representação é fundamental para uma falsa sensação de diluição das hierarquias e para o consentimento com o lugar ocupado nela. Esta questão suscita-nos a enunciação de três notas que podem contribuir para uma melhor dilucidação do problema.

Antes de mais, se é certo que se pode considerar que é uma encenação, não é lícito conceder que a praxe é uma mera brincadeira. A «performance ritual» define-se precisamente pela eficácia da acção simbólica, pela capacidade de construir e contar uma narrativa que encerra nas suas fronteiras o que se faz e como se faz, num claro exercício de poder sobre os indivíduos e sobre o mundo (Ribeiro, 2001). Como alerta Bourdieu (1999), o trabalho de construção simbólica não se cinge a uma operação exclusivamente performativa, ele consoma-se numa transformação profunda e douradora, que é o mesmo que dizer, com consequências sobre os indivíduos e os seus corpos. A praxe pode ser uma encenação, mas isso não retira centralidade ao poder como chave estruturante das relações entre os indivíduos; em última instância, é uma encenação com consequências reais.

Em segundo lugar, se a praxe como ritual pode ser um mecanismo aglutinador e homogeneizador, ela também é um instrumento de diferenciação, sendo a instituição da diferença o ónus do ritual. O seu principal efeito será o de separar os que lhe foram

sujeitos daqueles que jamais lhe serão (Bourdieu, 1982). Trata-se, portanto, de diferenciar e elevar «os que estão destinados a ocupar posições sociais eminentes dos que por eles serão mandados» (Wacquant, 2007: 298). O ritual assenta, então, na consagração destes, por quem, em última instância, será suscitada reverência, tornando-os, nas palavras de Wacquant, «sagrados» (atentemos no ambiente religioso e mágico de inúmeras das cerimónias que constituem a praxe). É interessante perceber que se esta leitura se pode mobilizar para a análise do fenómeno da praxe em si, ela também faz sentido para ler a própria frequência do Ensino Superior. Frequentá-lo e, num último momento, obter um diploma, tendo em particular atenção as especificidades da realidade portuguesa, representam uma das mais importantes formas institucionalizadas de capital cultural, definidoras da ordem social contemporânea (Wacquant, 2007). Bourdieu defende mesmo que nas sociedades complexas é a escola que se encarrega do trabalho de consagração das divisões sociais, sendo o capital económico e o social determinantes, ao permitirem o acesso a posições de poder, ao definirem a estrutura do espaço social e ao regulamentarem oportunidades e trajectórias. Divisões sociais estas que se inscrevem, concomitantemente, na «objectividade das distribuições materiais e na subjectividade das classificações cognitivas» (Wacquant, 2007: 308). Frequentar a Universidade – e a praxe, numa lógica de constituição de um grupo de pertença nesse contexto – implica a atribuição de um «grau de elite» que, mais do que definir uma passagem – no sentido do «rito de passagem» de Genep (1978) –, institui a diferença (Bourdieu, 1982). É uma «operação de alquimia social pela qual uma hierarquia social se dissimula, tanto para os que ela dignifica como para os que exclui, enquanto escala de excelência humana» (Wacquant, 2007: 298). Em última análise, «a outorga de um diploma é o clímax de um longo ciclo de produção de fé colectiva na legitimidade de uma nova forma de domínio de classe» (Wacquant, 2007: 298).

Por último, uma nota sobre a questão da violência. Compreendendo que, apesar de o ritual se constituir através de uma regularização de comportamentos, essa não comporta a perda de violência desses – «o tumulto regrado continua a ser tumulto» (Durkheim, 2002:226). Além de que importa perceber que, por maior encenação que a praxe possa ser e por mais precários que os papéis desempenhados por cada um também o sejam, há uma ordem social e física que impõe disposições (Bourdieu, 1999). Disposições que afastam as mulheres dos lugares com mais poder, que atribuem aos caloiros os lugares inferiores (considerados «bicho», «besta», «animal»), ensinando-lhes o modo de manter o corpo (curvados, de olhar fixo no chão) e atribuindo-lhes

tarefas penosas. É também, neste sentido, um rito de instituição, pois visa «instaurar, em nome e na presença de toda a colectividade mobilizada, uma separação sacralizante» (Bourdieu, 1999:21). Um rito de instituição que se realiza de modo insidioso e simbolicamente eficaz, tendo a capacidade de se inscrever nas operações de diferenciação que acentuam em cada agente (homem ou mulher; caloiro ou doutor/veterano) «os sinais exteriores mais imediatamente em conformidade com a definição social da sua *distinção*» (ibidem:22).

### **Notas conclusivas**

Concluindo, podemos entender que as relações de dominação, são, precisamente isso: relações. O que significa que se produzem, reproduzem e refazem na interacção entre as pessoas. Tentámos discutir neste texto em que dinâmicas assenta essa interacção em praxe – como se domina e como, em parte, se sustenta essa dominação.

Como tentámos problematizar, por um lado, as tomadas de posição ideológicas de quem domina são, no fundo, estratégias de reprodução do seu poder e de reforço (para si e para os dominados) da crença na legitimidade da sua dominação (Bourdieu, 2011) e, por outro, os dominados tendem a ler essas relações de dominação mobilizando categorias construídas a partir das perspectivas dos dominantes, o que permite a sua naturalização (Bourdieu, 1999). Como sintetiza Bourdieu, «o efeito da dominação simbólica [...] exerce-se não na lógica pura das consciências cognoscentes, mas através dos esquemas de percepção, de apreciação e de acção que são constitutivos dos habitus e que fundam, aquém das decisões da consciência e dos controlos da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura para si própria» (Bourdieu, 1999:32). Também por isto se deve compreender que estas relações dificilmente se suspendem ou terminam por meio de simples desejos individuais. Os efeitos e as condições de eficácia da violência simbólica presentes nestas relações encontram-se inscritos nos indivíduos de tal modo que parecem existir poucas brechas para o início do seu questionamento. Não obstante, como se esclareceu no início, não se pretendeu com esta análise olhar as relações em praxe de modo maniqueísta ou obliterar o potencial de resistência e transformação que essas também podem encerrar e que em alguns casos podemos observar. Contudo, importa compreender que a transformação destas relações implicaria uma ruptura profunda com as condições sociais de produção das disposições que conduzem os indivíduos dominados a olharem para si

próprios e para os dominantes a partir das categorias de percepção que estes últimos constroem e das quais beneficiam. Ou não precisassem as relações de dominação, para serem destruídas, de ser, antes de mais, reconhecidas como tal.

Os actos de reconhecimento prático da fronteira entre os dominados e os dominantes, podem assumir nos primeiros, que assim aceitam e contribuem para esses limites impostos, a forma de «*emoções corporais*» – quando sentem timidez, ansiedade, humilhação – ou de «*paixões e sentimentos*» – admiração ou respeito (Bourdieu, 1999). Não se pretende com isto responsabilizar os dominados pelas relações de dominação em que se encontram envolvidos. Porém, é relevante compreender que a cumplicidade destes, consciente ou não, permite a legitimação e reprodução dessas mesmas relações. E essa cumplicidade – a «domesticação dos dominados» mencionada acima – por tudo o que vimos discutindo, tem no fenómeno da praxe um exemplo paradigmático.

Em praxe, a dominação obtém-se através da palavra e da acção – o que se diz e o que se faz, como se diz e como se faz. Legitimam-se normas, regras e punições, justifica-se a autoridade e as relações desiguais, constrói-se a união através da partilha do lugar de dominado – e, no cerne de tudo isto, constroem-se símbolos. Os símbolos, que têm como «*função social*» não apenas a comunicação ou o conhecimento, mas a sua capacidade de se traduzirem em instrumentos da integração social – porque capazes de tornarem possível «o *consensus* acerca do sentido do mundo» (Durkheim citado por Bourdieu, 2011:6). Em praxe definem-se as regras, atribuem-se papéis, desenham-se comportamentos e codificam-se significados, num processo em que se constrói a realidade e se institui a ordem simbólica correspondente. Votados à resignação, os dominados legitimam o seu lugar, tendo incorporado disposições que já são em si mesmas produto da ordem das coisas que, em última análise, reproduzirão. Por outras palavras, os estudantes aplicam às relações de poder em praxe esquemas de pensamento que são eles próprios produto da incorporação dessas relações de dominação. Os actos de conhecimento de que Bourdieu fala, são «actos de reconhecimento prático, de adesão dóxica, crença que não tem de se pensar e de se afirmar enquanto tal» (Bourdieu, 1999:29). Ou não fosse o *poder simbólico* um «poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força» (Bourdieu, 2011:11). Um poder que consegue formar e transformar a visão sobre o mundo, a acção sobre este e o próprio mundo. E, deste modo, esse poder cumpre o seu desígnio como instrumento de imposição ou de legitimação da dominação de uns sobre outros, num exercício de violência simbólica.

## Nota

Por decisão pessoal, a autora do texto não escreve segundo o novo acordo ortográfico.

## Referências bibliográficas:

- Bourdieu, Pierre (1982), "Les rites comme actes d'institution", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº43, pp. 58-63.
- Bourdieu, Pierre (1999), *A Dominação Masculina*, Oeiras, Celta Editora.
- Bourdieu, Pierre (2011), *O Poder Simbólico*, Lisboa, Edições 70.
- Durkheim, Émile ([1912] 2002), *As formas elementares da vida religiosa*, Oeiras, Celta Editora.
- Estanque, Elísio (2002), "Um sociólogo na fábrica: para uma metodologia de envolvimento social", in Telmo H Caria (org), *Experiência etnográfica em ciências sociais*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 61-76.
- Estanque, Elísio, (2016), *Praxe e Tradições Académicas*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Friedberg, Erhard (1995), *O Poder e a Regra - Dinâmicas da Acção Organizada*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Genep, Arnold Van (1978), *Os ritos de passagem*, Petrópolis, Editora Vozes.
- Lopes, João Teixeira; Sebastião, João; Estanque, Elísio; Mineiro, João;
- Silva, José Pedro (2018), *Caloiros e Doutores. Um Estudo Sociológico Sobre a Praxe Académica em Portugal*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.
- Pais, José Machado (1993), *Culturas Juvenis*. Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Ribeiro, Rita (2001), *As Lições dos Aprendizizes - As praxes académicas na Universidade do Minho*, Braga, Universidade do Minho.
- Wacquant, Loïc (2007), "Lendo o Capital de Bourdieu", in José Madureira Pinto e Virgílio Borges Pereira (Orgs.), *Pierre Bourdieu, a Teoria da Prática e a Construção da Sociologia em Portugal*, Porto, Afrontamento, pp. 295-312.
- Weber, Max (2005), *Três Tipos de Poder e outros Escritos*, Lisboa, Tribuna da História.